

Limites e aproximações entre pichação e graffiti: um breve estudo dos pichos na UFPEL

LUÍSA XAVIER BARTZ¹; LOUISE PRADO ALFONSO²

¹Universidade Federal de Pelotas – luisabartz@gmail.com

²Universidade Federal de Pelotas – louise_alfonso@yahoo.com.br

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho apresenta as primeiras reflexões de minha pesquisa de Conclusão do Curso, ainda em andamento, sobre a pichação e graffiti na cidade de Pelotas. “Tanto o graffiti como a pichação usam o mesmo suporte – a cidade – e o mesmo material (tintas). Assim como o graffiti, a pichação interfere no espaço urbano, subverte valores, é espontânea, gratuita e efêmera. Uma das diferenças apontadas por autores sobre o graffiti e a pichação seria que “o primeiro advém das artes plásticas e o segundo da escrita, ou seja, o graffiti privilegia a imagem: a pichação, a palavra e/ou a letra” (GITAHY, 1999).

Para este texto, busco explorar a relação entre a pichação ou picho (segundo termos êmicos) e o graffiti, através de um aporte antropológico, também compreender algumas diferenças e características comuns, com o intuito de desmistificar e desconstruir dicotomias como: expressão artística/vandalismo, legal/ilegal. O objetivo é perceber tais práticas como possibilidades de intervenção urbana e manifestações político-sociais, para além de uma preocupação estética.

Este trabalho está vinculado ao Grupo de Estudos Etnográficos Urbanos (GEEUR) que procura compreender a cidade em suas mais diversas faces. Segundo MAGNANI (2003), pensar a cidade não é pensar a metrópole como separação, espaço sem vínculos e da desordem. Mas como um espaço de novas sociabilidades, um espaço de trocas. A cidade é o lugar onde grupos muito diferentes interagem para trocas materiais e simbólicas, por ser local das trocas é, conseqüentemente, de conflitos. Logo a negociação constitui-se como elemento importante para trocas, a qual pode ser pacífica ou não. Dentre essas negociações, destacamos as intervenções urbanas. A intervenção urbana trata-se de um termo utilizado para designar movimentos artísticos ligados às intervenções visuais realizadas em espaços públicos. “Mais do que marcos espaciais, a intervenção urbana estabelece marcas de corte” (MELENDI, 2009). Essas marcas de cortes servem como formas de recriar paisagens e de se apropriar ou reapropriar destas, além de particularizar e familiarizar espaços.

As intervenções urbanas podem ser de vários portes, desde pequenos adesivos colados em postes até grandes instalações artísticas. A maior parte delas, por usar a rua como suporte, tem caráter efêmero: “Potencialmente pode configurar-se um terreno privilegiado para efeitos de choque de sentidos (negação, subversão ou questionamento de valores)” (PALLAMIN, 2001). Para a autora, neste terreno propício para choque criam-se situações de questionamento e “desordem”. Ou seja, analisarmos este tipo de intervenção urbana é analisar também a formação e transformação das cidades e as inquietudes de seus habitantes, que externam seus sentimentos apropriando-se do espaço público.

Aqui o nosso esforço é percebermos a cidade não mais em seu aspecto físico, composto de infraestrutura alheia aos “usuários” e sim de forma social, construída e modificada por estes. CERTAU (1998) pensa a cidade gerida através de suas relações de exclusão e poder, afirma que esse espaço pode trazer uma série de restrições aos seus indivíduos. Ele apresenta a contrapartida dessas restrições ao criarem-se “modos de operar pelos quais os usuários passam a se reapropriar do espaço” (1998), em especial por meio de técnicas de produção

sociocultural, onde manifestações artísticas em espaços públicos seriam um exemplo destas reapropriações – sendo estas permanentes ou não. Por muito tempo, tanto as pichações, quanto os graffiti são classificados, como atos de vandalismo, em vários casos, inclusive, como “atos de agressão aos direitos do indivíduo (no caso da propriedade privada), ou agressão aos direitos da comunidade (quando os atingidos são os bens públicos)” (MACHADO, 2004).

2. METODOLOGIA

A pesquisa apresenta como metodologia principal a etnografia, que se trata de um modo especial de operar em que o pesquisador interage com o universo dos pesquisados, compartilha seus olhares, “não para captar e descrever a lógica de suas representações e visão de mundo” (MAGNANI, 2003), mas para trocar, comparar “suas próprias representações e teorias com as deles e assim tentar sair com um modelo novo de entendimento ou, ao menos, com uma pista nova, não prevista anteriormente” (2003).

As ações em campo envolvem a elaboração de diários de campo, observação participante, entrevistas semi-dirigidas, fotoetnografia e levantamento de histórias de vida. Cabe ressaltar que a observação, na pesquisa qualitativa não é apenas uma observação comum, a problemática da pesquisa direciona nossos sentidos para elementos que não necessariamente estaríamos atentos e há muitos destes elementos que não podem ser apreendidos apenas pela fala ou pela escrita. Observar é examinar o indivíduo em seu contexto e assim descrevê-lo. A observação participante é “dinâmica e o investigador é simultaneamente instrumento na recolha de dados e na sua interpretação” (CORREIA, 2009). Para CORREIA, a Observação Participante trata-se da totalidade do trabalho de campo, que envolve a chegada ao campo, as negociações junto aos interlocutores, o reconhecimento do espaço e a interação com indivíduos (2009).

Por um ser um tema onde a imagem está diretamente ligada, entendemos que apenas a descrição densa não daria conta de apresentar em detalhes os pichos e graffiti, sendo assim consideramos de extrema importância a incorporação da produção e análise de fotografias para compor o campo e a pesquisa. Cabe destacar que por descrição densa entendemos a forma como um antropólogo descreve suas observações e análises em suas mais diversas particularidades, considerando “todos os pequenos fatos que cercam sua vida social” (GEERTZ, 1989).

Já foram realizadas, até o momento, entrevistas semi-dirigidas com três interlocutores e observação participante nos seguintes encontros de graffiti: Spray'sons Graffiti edições 1, 2, 3 e 4, Vernissage da exposição Meu Mundo Gira, Vernissage da exposição coletiva Graffiti do outro lado da Rua no Shopping Pelotas, Live Painting na loja Chop do Mercado (Mercado Público) e Palestra Arte Manifestação Pública. Também tem sido ferramenta importante para o trabalho a pesquisa em redes sociais, tanto para a coleta de dados, como para diálogo com as/os interlocutores. Tendo em vista o advento da internet como agente facilitador entre o contato e as trocas entre os indivíduos, nada mais justo que a antropologia urbana se utilize dessa ferramenta no auxílio do entendimento dos grupos e das conexões interpessoais com a cidade e o espaço. Os dados apresentados neste texto são, em sua maioria, resultados de pesquisas em páginas do facebook e das entrevistas com interlocutores.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Como estudo de caso para esta apresentação optamos por selecionar as pichações que ocorreram nos prédios da UFPel entre os meses de Maio e Junho de 2016, que tiveram grande repercussão nas mídias locais e em redes sociais. Os Prédios da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAURB), Instituto de

Ciências Humanas (ICH) e Faculdade de Direito foram pintados, apagando as pichações que ali estavam. Os dois primeiros citados, na mesma semana, já apresentavam novos pichos. Naquele período, já era possível perceber diversas conversas sobre o assunto e, principalmente, na FAURB, divergências de opinião sobre as novas pichações. Durante o mês de junho, a Faculdade de Direito também foi pichada novamente e o caso teve grande repercussão, pois alunos da instituição fizeram um mutirão de limpeza para apagar as inscrições, o que chamou atenção de veículos de comunicação como o Diário Popular. Um dia após o apagamento o prédio amanheceu novamente pichado, com frases como “pixa de novo”. Houve grande revolta de alunos e população em geral, o que pudemos acompanhar pelo Facebook manifestações como: “E ainda não aprenderam que pichação é vandalismo. Continuam poluindo o passeio público com suas infantilidades” ou “Grande arte, rabiscos sem sentido! Grafiteiros são artistas, pichadores são pessoas mal educadas e sem noção de cuidar daquilo que não lhes pertence. Essa sujeira toda é a cara do Brasil!!!!” Ou ainda “Depredação do patrimônio público, falta de conteúdo muito menos de ideias louváveis, esta geração estudantil me amedronta”

Foi possível notar que um dos motivos principais de indignação quanto às pichações no prédio do Direito foi por tratar-se de um prédio histórico de Pelotas. Cabe ressaltar aqui que os bens patrimoniais imóveis são muito valorizados na cidade, sendo inclusive, os principais ícones do patrimônio pelotense. Houveram assim, divergências quanto a “legitimidade” dos episódios em todos os prédios, entretanto nos prédios das Faculdades de Direito e FAURB notava-se uma grande discussão e um maior número de pessoas contra os pichos. Percebemos ainda a partir deste estudo de caso, que grande parte do público que se manifestou nas redes sociais traça uma separação marcante entre pichação e graffiti, geralmente embasados pelas diferenças estéticas e por discussões sobre a legalidade das manifestações. O graffiti é tratado enquanto arte e a pichação enquanto vandalismo e forma de depreciação do espaço. O estudo apontou para o fato que boa parte das pessoas que grafitam também picham ou já picharam, mostrando a problematização de que tais práticas não são antagônicas. Para muitos grafiteiros o picho não pode ser separado do graffiti. Em conversas com os interlocutores sobre o caso da UFPEL, vários definiram que ambos vieram da mesma vertente – “eu comecei pixando” ou “quase todo mundo que pinta já teve o momento de pixar também”, “é só no Brasil que fazem essa diferença entre picho e graffiti”, “graffiti e picho vem da mesma coisa”

Historicamente, ambos surgem de uma fonte comum. Até meados da década de 1970 não eram dissociados, tudo era denominado graffiti e tinham o mesmo papel social: levantar questionamentos, demarcar territórios e visibilizar descontentamentos. Atualmente no país, a prática do graffiti é legal mediante liberação prévia do proprietário ou instituição responsável pelo espaço. Podemos pensar assim que não existe de fato grande diferença jurídica, caso o proprietário autorize pichações na sua residência ou espaço público, ainda que esteticamente seja denominado picho, terá carácter de graffiti uma vez que foi autorizado. A diferença real é o não-interesse dos pichadores em serem “autorizados”. A pichação como explicam alguns dos próprios pichadores mantém a postura contestatória e transgressora. Não há o interesse em ser aceito e sim em trazer desconforto e reflexão.

Cabe ainda destacar que alguns dos entrevistados não entenderam o ocorrido no Direito como o “verdadeiro picho”. Citaram, muitas vezes, que se tratavam de pessoas inexperientes que, possivelmente, nunca haviam pego em uma lata de spray e que não vinham da cultura do picho. Para eles o que houve

no Direito seria uma terceira coisa. Com isso, percebe-se que por parte dos interlocutores, existe um reconhecimento sobre quem são os pichadores, e que nem sempre picha não é considerado de fato um pichador por este grupo. Neste estudo de caso foi possível ainda perceber que a aproximação entre as práticas (graffiti x pichação) acontece quase que exclusivamente pelos grafiteiros entrevistados, enquanto para as outras pessoas tratam-se de manifestações divergentes. A explicação dos grafiteiros para isso seria de que as pessoas que não realizam estas intervenções preocupam-se basicamente com a estética: quanto mais desenhos e mais colorido, mais bonito fica e não enquanto manifestação e apropriação do espaço público.

4. CONCLUSÕES

A conclusão aqui obtida é que a pichação e graffiti não são processos antagônicos. São em boa parte das vezes praticados pelas mesmas pessoas e, ainda que não sejam, nenhum é condenável entre quem picha ou grafita. A pichação mantém a forma estética “agressiva” para que siga sendo eficiente em cumprir seu papel – incomodar, tirar da zona de conforto, propor debate e reflexão. Ainda que a maior parte dos discursos analisados não seja a favor do picho, é possível notar que este se mantém em evidência e de uma maneira, ou outra, é quem suscita o debate. Para o público geral há uma construção de apego e apreço ao patrimônio cultural (principalmente os prédios históricos pelotenses) que faz com que haja uma revolta perante a “depredação” desses espaços, maior do que a possibilidade de problematizar o que está sendo escrito. Se o muro pode ser o objetivo físico que separa e limita, pode ser ao mesmo tempo suporte de inscrições e desenhos que reivindicam – “arena de conflitos simbólicos e recurso cobiçado” (FIGUEROA SAAVEDRA, 2006). Estas são as conclusões obtidas até o momento. A pesquisa continua como meu projeto de conclusão de curso.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CERTEAU, Michel de. A invenção do cotidiano. Petrópolis: Vozes, 1998.
- CORREIA, Maria da Conceição Batista. A observação participante enquanto técnica de investigação. Pensar Enfermagem Vol. 13 N.º 2 2º Semestre de 2009. Disponível em: < http://pensarenfermagem.esel.pt/files/2009_13_2_30-36.pdf >
- FIGUEROA SAAVEDRA, Fernando. *Graphitfragen: Una Mirada Reflexiva sobre el Graffiti*. Madrid, Ediciones Minotauro Digital, 2006.
- GEERTZ, Clifford. A interpretação das culturas. Rio de Janeiro: LTC, 1989.
- GITAHY, Celso. O que é Graffiti. São Paulo: Brasiliense, 1999.
- MACHADO, Maria Berenice da Costa; ROMANI, Angelica; BLOS, João Felipe; PEREIRA, Tais Vieira. AbAiXo a DiTaDuRa da MíDia! Pichações e grafites e as tensões políticas da sociedade porto-alegrense em 2004. Disponível em: <http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/58572432000239610508351744217440178706.pdf>
- MAGNANI, José Guilherme. “De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana”, *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 17 (49): 11-29, 2003.
- MELENDI, Maria Angélica. O que é intervenção urbana? São Paulo, 2009.
- PALLAMIN, Vera M. Arte Pública. São Paulo: Região Central (1945 – 1998): obras de caráter temporário e permanente. São Paulo: Annablume, 2001.